

Aconteceu

Albaneses pedem fim do regime stalinista

A Albânia, último reduto stalinista, vive clima de descontentamento civil. Seis mil pessoas estão refugiadas em embaixadas em Tirana, a capital. Várias fugiram do país. (página 16)

Documento do Vaticano exige submissão e silêncio dos teólogos

No documento *Instrução sobre a vocação eclesial*, assinado pelo papa, o Vaticano exige submissão dos teólogos. O bom teólogo "sofre em silêncio e graça", diz. (página 8)

Educadores dizem que política do MEC é retrocesso de 30 anos

Educadores que participaram da 42ª Reunião Anual da gtSBPC consideraram a política do MEC retrógrada e responsável pela degradação do ensino. (página 14)

Governo Collor abre temporada de escândalos

Maracutaias no governo Collor acenam com prejuízos de bilhões de dólares. No Ministério do Trabalho, por exemplo, está sendo preparada uma portaria para transferir a administração das aplicações em ações e

no mercado financeiro dos fundos de pensão para instituições privadas. Apenas doze estão em condições de administrar as carteiras, cobrando taxa anual prevista de US\$ 3 bilhões. (página 3)

Mercado para morrer, Osmarino revive dramas de Chico Mendes

Assim como Chico Mendes — que reiteradamente denunciou as ameaças e complôs que antecederam seu assassinato —, Osmarino Amâncio, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília (AC), tem apresentado provas e indícios de que faz parte de uma lista de vinte pessoas marcadas para morrer. Há uma rede de articulações de mandantes que envolve políticos. (página 6)

J. R. Ripper



Osmarino: no caminho de Chico Mendes

Procuradores afirmam que índios Yanomami estão em fase terminal

Depois de visitarem as áreas indígenas em Roraima, os procuradores da República José Roberto Santoro e Eugênio José Aragão concluíram que os Yanomami estão "em fase terminal". O relatório de viagem afirma que as operações de retirada dos garimpeiros surtiram poucos efeitos. Os garimpeiros que invadiram as reservas transmitem doenças como malária, oncocercose, coqueluche e tuberculose. A área encontra-se em vias de se tornar inabitável, afirmam. (página 10)



Piloto da FAB socorre índia Yanomami na maloca Hemosh pouco antes de morrer

Senado aprova lei que vincula reajuste de salários à inflação

O senado aprovou dia 10 o projeto de lei salarial que prevê aumentos, de acordo com a inflação, para faixas salariais até dez mínimos (Cr\$ 38,5 mil). A proposta, que já havia sido aprovada na Câmara, depende agora da sanção do presidente Fernando Collor, 40, para se transformar em lei. A aprovação foi uma derrota do governo. No momento da votação, as lideranças governistas não estavam no Senado.

Dois ministros — Zélia Cardoso de Mello (Economia) e Antonio Rôgerio Magri (Trabalho) — reafirmaram promessa de Collor de vetar o projeto. O governo pretende manter em vigor a medida provisória 193, que determina a reposição de perdas salariais nos dissídios, proíbe mais de dois aumentos por ano e não prevê a indexação. Estuda apenas um abono para quem ganha até três mínimos (Cr\$ 11,4 mil).

A votação do Senado foi simbólica. O presidente da sessão, Nelson Carneiro (PMDB-RJ) pediu aos senadores que discordavam da proposta que se manifestassem. Todos os presentes, incluindo muitos governistas, se mantiveram impassíveis. O resulta-

do foi considerado uma derrota do governo, que terá de assumir o ônus de vetar uma proposta que beneficia os trabalhadores.

O projeto prevê que trabalhadores que ganham até cinco salários mínimos (Cr\$ 19 mil) terão reajuste mensal pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do mês anterior. Para a faixa entre cinco e dez salários mínimos haverá o disparo de um "gatilho" sempre que a inflação passar dos 5% e, ao final de três meses, a inflação total deverá ser resposta. Exemplo: a inflação no primeiro mês é de 15%, portanto o salário recebe reajuste de 10% (a parcela que excede 5%); no mês seguinte, a inflação bate em 15% novamente e o salário recebia mais 10%. Supondo-se que a inflação do terceiro mês atinja 15% mais uma vez, os salários recebem a inflação acumulada do trimestre, descontadas as duas antecipações de 10%. Para os salários acima de dez mínimos, a proposta prevê a livre negociação. Mesmo nesses casos, fica assegurada a indexação da parcela do salário até dez mínimos. (*Folha de S. Paulo*, 11/07/90)

Brasil e Argentina terão mercado comum em 94

O presidente Fernando Collor e o presidente da Argentina, Carlos Menem, decidiram apresentar uma proposta para concretizar o Plano Bush de integração americana.

Os dois presidentes decidiram também fixar para o dia 31 de dezembro de 1994 a data para a formação de um mercado comum argentino-brasileiro.

Ao falar no congresso argentino para senadores e deputados, Collor lembrou que já em 1967 os chefes de Estado americanos, reunidos em assembléia em Punta del Este, decidiram criar um mercado comum latino-americano em prazo não superior a quinze anos, a partir de 1970. (*Jornal do Brasil*, 07/07/90)

Inflação de junho foi de 11,7 em São Paulo

Foi de 11,7% a inflação do paulistano em junho, conforme o IPC levantado pela Fipe. A taxa confirma o ritmo ascendente verificado desde a terceira semana de maio e pressionado, em junho, sobretudo pelo grupo Alimentação. Segundo o coordenador da Fipe, Juarez Soares, é pouco realista a previsão do governo de chegar a agosto com inflação na casa dos 3%, a não ser que seja em agosto do ano que vem. Pela segunda vez consecutiva, o índice da Fipe subiu mais que um ponto percentual em apenas uma semana, saltando de 10,62% na terceira semana para 11,7% na quarta, contra evolução de 9,11% na primeira para 9,61% na segunda. (*O Globo*, 07/07/90)

Aconteceu

Nº 545

5 a 20 de julho de 1990

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ
Fone: (021) 242-8847
Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP
Fone: (011) 825-5544

Editor
Edmilson Zanetti
MTb 15.192

Editor de arte
Flávio Irala

Editores assistentes
Ângela Galvão
Célio Correia de Castro
Elie Ghanem
Fany Ricardo
Magali do Nascimento Cunha
Marita Regina de Carvalho

Secretaria de redação
Beatriz Araújo Martins

Diagramação
Marta Cerqueira Leite Guerra

Paginação
Alfredo Salvador Vieira Coelho

Fotolitos e impressão
Tribuna da Imprensa/RJ

Aconteceu é uma publicação quinzenal do CEDI que reúne notícias dos jornais de maior circulação no país — que não necessariamente estão reproduzidas na íntegra — e colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. *Aconteceu* conta com a participação dos programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil (PIB), Movimento Camponês/Igreja (MC/I), Educação e Escolarização Popular (E-EP), Memória e Acompanhamento do Movimento Operário (MO) e Assessoria à Pastoral (Pp). As correspondências e assinaturas devem ser encaminhadas à redação: rua Santo Amaro, 129, CEP 22211 — Rio de Janeiro, ou por vale postal para a agência Largo do Machado nº 520845 — Rio de Janeiro — CEP 22221.

Assinatura anual
Cr\$ 300,00
Assinatura de apoio
Cr\$ 400,00
Assinatura exterior
US\$ 50

Começam a estourar os escândalos no governo Collor

Há apenas quatro meses como presidente da República, Fernando Collor de Mello vê seu governo inaugurando uma lista de escândalos que somam prejuízos de bilhões de dólares. Estão envolvidos os ministérios do Trabalho e da Agricultura e merenda escolar

Agricultura: sutil subsídio de Cr\$ 40 bilhões

Em tempos de demissão de funcionários públicos e vendas de estatais para cortar o déficit público, o Tesouro Nacional poderá tomar um prejuízo de Cr\$ 40 bilhões, mais de três vezes a verba destinada para o programa SOS Estradas (Cr\$ 12 bilhões). O prejuízo será o preço a pagar aos agricultores que não aceitam colher o IPC de março, 84,32%, que está sendo cobrado nos empréstimos que grandes e médios produtores tomaram juntos ao Banco do Brasil. O IPC de março foi usado na correção das aplicações em caderneta de poupança do Banco do Brasil, que fornece os recursos para financiar os agricultores. Se eles não pagarem, o Tesouro terá que ressarcir o Banco do prejuízo, como já aconteceu no ano passado, quando o Plano Verão provocou diferença semelhante.

Com o apoio do Ministério da Agricultura, os produtores alegam que o preço mínimo — valor pago pelo governo aos produtores agrícolas — foi corrigido em 41,28% (mesmo índice do BTN de março) e, portanto, eles não têm recursos para saldar suas dívidas com o Banco do Brasil. "Os agricultores não podem arcar com o prejuízo", diz o ministro da Agricultura, Antônio Cabrera. O ministério da Economia não aceita o argumento. Os preços de mercado dos produtos agrícolas estão bem acima do mínimo e mais altos do que estariam se tivessem sido corrigidos em 84,32%.

Na avaliação do Ministério da Economia, os produtores que tomaram empréstimos no Banco do Brasil — produtores grandes e médios, pois os pequenos são financiados com recursos do Tesouro — podem pagar a diferença entre o valor do empréstimo e do mínimo.

Merenda escolar: mordida de US\$ 850 milhões

Dia 3, mais um escândalo de primeiro escalão foi divulgado. Pela Folha de S. Paulo, soube-se que o contribuinte bancou, em 1989, gorda maracutaia na Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), órgão do Ministério da Educação e Cultura encarregado da compra de alimentos para o Programa de Merenda Escolar.

A denúncia foi feita a partir de um relatório de auditoria do Tribunal de Contas da União e, em números atualizados pelo BTN, o rombo na FAE chegaria a Cr\$ 7,7 bilhões, coisa de US\$ 850 milhões. O elenco de malversações inclui licitações viciadas, comissões para atravessadores e privilegiamento de fornecedores que ofereciam preços mais altos nas concorrências.

As constatações do Tribunal de Contas dizem respeito ao governo José Sarney, mas coincidem com a revelação de que duas das maiores fornecedoras de alimentos industrializados (fórmulas desidratadas) para a FAE emprestam hoje dois de seus técnicos de alto nível para o governo Collor. Marcos de Carvalho Candau — que em 1989 era diretor de Mercado Institucional da Nutricia S.A e negociava com o governo Sarney as cotas de alimentos industrializados a serem comprados de sua empresa — foi nomeado, a 30 de março último, presidente do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan) do Ministério da Saúde — o organismo que planeja a estratégia de nutrição em toda a rede oficial de ensino. Flora Lys Spolidoro, ex-diretora de Programas Nutricionais da Nutritional, outra grande fornecedora da FAE, ocupa desde 15 de março a Secretaria Nacional de Promoção Social do Ministério da Ação Social.

Previdência: US\$ 3 milhões para poucos

O Ministério do Trabalho e Previdência Social prepara uma portaria a ser assinada pelo ministro Antonio Rogério Magri nos próximos dias para transferir a administração das aplicações em ações e no mercado financeiro dos fundos de pensão para instituições privadas. A portaria está sendo estudada pelo secretário nacional de Previdência Complementar do Ministério, Luiz Carlos Peixoto, e deve atingir apenas os fundos de empresas estatais — 116, das 244 existentes. A transferência seria feita por licitação e, no edital, os fundos exigiriam uma rentabilidade mínima de 6% ao ano, além da inflação — o índice mínimo necessário para cobrir os custos de pagamento das aposentadorias. Peixoto justifica a proposta pela necessidade de dar maior eficiência e rentabilidade aos fundos.

A intenção, louvável à primeira vista, adquire contornos obscuros quando confrontada com denúncias feitas por funcionários das estatais ao deputado Luiz Gushiken (PT-SP). Segundo ele, a proposta vai criar um cartório, pois apenas cerca de doze instituições financeiras teriam condições de administrar as carteiras dos fundos. Os dados dos funcionários mostram que essas grandes instituições já dominam 50% do mercado de ações e, caso controlassem os investimentos dos fundos, teriam sob controle outros 21% desse mercado. Atualmente, essa parcela pertence às 116 fundações de previdência fechada ligadas às estatais federais e estaduais, que pulveriza a sua atuação no mercado. "Poucos bancos vão acabar rateando entre si os recursos dos fundos e ainda dominarão o mercado", diz o deputado. "Os recursos são um patrimônio dos funcionários e serão usados para formar um cartório de bancos", acusa. Além de dominarem o mercado de ações, os grandes conglomerados financeiros ganhariam de 2% a 4% do valor total das aplicações dos fundos, hoje avaliadas em US\$ 3 bilhões, como taxa anual de administração. (IstoÉ Senhor, 11/07/90)

Investimento reduzido mantém ameaça a ecologia

Classificado pela presidente do Ibama, Tânia Munhoz, como o maior programa ecológico já feito no mundo, o Programa Nacional do Meio Ambiente, aprovado pelo Senado e que terá 155 milhões de dólares para gastar nos próximos três anos, é apenas uma gota d'água se comparado às necessidades reais da preservação ambiental no Brasil. Cálculos preliminares do próprio Ibama indicam que seriam necessários 3 bilhões de dólares só para regularizar a situação fundiária das 123 unidades de conservação ambiental existentes no país.

Distribuídas de forma irregular por todo o território nacional, essas unidades de conservação são parques nacionais, reservas biológicas, esta-

ções ecológicas e outras categorias administrativas pela União ou pelos estados. Muitas dessas unidades têm áreas total ou parcialmente em mãos de particulares. Para regularizar sua situação fundiária seria preciso dinheiro suficiente para desapropriar fazendas, indenizar posseiros e até indústrias instaladas dentro dessas áreas.

Além dos problemas fundiários, há insuficiência de pessoal capacitado, carência de infra-estrutura de apoio às atividades científicas, educativas e turísticas e deficiência de equipamentos e no sistema de fiscalização e proteção, especialmente contra fogo.

São quase 20 milhões de hectares, dos quais 1 149 mil hectares pertencem às áreas de proteção ambiental e

3 280 mil hectares pertencem a floresta nacionais, dois tipos de unidades de conservação que permitem exploração direta de seus recursos naturais. As regiões Norte e Centro Oeste detêm, juntas, 83% das áreas de conservação ambiental do país, ficando os restantes 17% nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste.

O Programa Nacional de Meio Ambiente pretende evitar grandes vazios de áreas protegidas nas macro-regiões do Pantanal, floresta amazônica, cerrados, caatinga e zona costeira e, por isso, propõe a criação de duas unidades de conservação nessas áreas: uma em Goiás e outra em Minas Gerais, no vale do rio Peruaçu. (*Jornal do Brasil*, 08/07/90)

Atingidos por barragens de todo o país se reúnem em São Paulo

Estiveram reunidos em São Paulo, nos dias 26 e 28 de junho, representantes das diversas regiões brasileiras onde há hidrelétricas, construídas ou planejadas, que, juntamente com a contribuição de professores da Unicamp e UFRJ, Comissão Pró-Índio/SP, Comissão Pastoral da Terra, CEDI, entre outros, fizeram uma análise das perspectivas do Plano Collor para o setor energético e os riscos da privatização da Eletrobrás.

Analisou-se também, formas de garantir que as populações atingidas tenham seus direitos respeitados, já que o setor energético brasileiro até hoje nunca respeitou nem permitiu a participação da população para um melhor planejamento de suas ações.

Além das populações atingidas, os grandes prejuízos causados ao meio ambiente, principalmente pelas hidrelétricas de grande porte, foram temas constantes na reunião, pois com a maximização do uso de recursos hídricos prevista no Plano 2010, a Eletrobrás propôs que sejam construídas 165 barragens em todo o país. Estima-se que os reservatórios destas obras inundarão uma área equivalente ao estado de Santa Catarina.

Essa conjuntura levou a Comissão Nacional a propor um segundo Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Atingidos por Barragens de todo o Brasil, a ser realizado em janeiro de 1991, em Brasília. (*Comissão Nacional Provisória de Trabalhadores Atingidos por Barragens*)

Conferência de 92 terá evento paralelo no país

Entidades ecológicas não-governamentais dos Estados Unidos, Canadá e Europa preparam um evento paralelo à Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, a ser realizada no Brasil em 1992 pela ONU. Representantes de grupos ambientais canadenses fizeram uma visita ao Brasil para conhecer regiões ameaçadas pela devastação e iniciar contratos com entidades não-governamentais brasileira.

"A riqueza da reunião de 92 estará mais nos eventos paralelos do que no encontro chapa-branca em si", disse o deputado Fábio Feldman (PSDB-SP), após reunião com membros do Cultural Survival, Pollution Probe Foundation e outras entidades.

Além de organizarem o evento paralelo, os ecologistas sem ligações com governos querem influir diretamente na conferência.

A idéia é conseguir que a ONU reserve 25% dos lugares para representantes não-governamentais. A decisão será tomada em Nairóbi (Quênia) em agosto, durante reunião preparatória, que definirá os temas do encontro. A cidade-sede da conferência no Brasil ainda não foi escolhida. (*Folha de S. Paulo*, 30/06/90)

Temas ligados

Em encontro entre o primeiro-ministro francês, Michel Rocard, e o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Francisco Rezek, ficou evidente o interesse dos países industrializados em relacionar o problema da dívida externa a questões do meio ambiente. (*O Estado de S. Paulo*, 30/06/90)

Primeiro doutor

A Constituição brasileira trata da questão ecológica de forma muito avançada. Exemplo: o art. 225 não faz distinção entre brasileiros e estrangeiros. Este é o ponto central da primeira tese de doutorado sobre meio ambiente, defendida por Renato Guimarães Júnior, na USP. (*O Globo*, 07/07/90)

Brasil é o 3º responsável pelo efeito estufa

O último estudo feito pelo Instituto de Recursos Mundiais (World Resources Institute — WRI), respeitada instituição ambientalista com sede em Washington, chegou a uma conclusão surpreendente: entre os cinco países que mais contribuem para o efeito estufa, três deles são do Terceiro Mundo. E o Brasil está entre as três nações que mais liberam gases causadores do efeito estufa, logo

após os Estados Unidos e a União Soviética. Os demais são a China e a Índia.

Esta constatação deixou os pesquisadores do WRI surpresos porque, até então, eles achavam que as nações industrializadas eram praticamente as únicas e maiores culpadas pelo efeito estufa: Estados Unidos, União Soviética, China, Japão e Alemanha Ocidental.

O relatório do WRI, no entanto, constatou que os países em desenvolvimento estão liberando quantidades tão grandes de gases retentores de calor, responsáveis pelo efeito estufa, quanto as nações do Primeiro Mundo. O efeito estufa é o aquecimento excessivo do planeta resultante do acúmulo desses gases na atmosfera. (*Jornal do Brasil*, 03/07/90)

Países ricos prometem proteger a Amazônia

A floresta amazônica foi o assunto mais discutido pelos líderes do Primeiro Mundo, quando trataram de questões ambientais durante o segundo dia da Reunião de Cúpula dos Países Industrializados, no dia 10. O chanceler alemão Helmut Kohl propôs a seus colegas um plano específico de recuperação e preservação das florestas do Brasil. Ele disse que a Amazônia era tema prioritário da agenda ambiental da Alemanha. "Temos que reunir o maior número possível de países industrializados para financiar a salvação da Amazônia", declarou. Embora não se tenha falado em volume de investimentos, soube-se que o governo alemão já separou 250 milhões de marcos (cerca de US\$ 160 milhões) só para investir no Brasil, neste plano. (*O Globo*, 11/07/90)

Consórcio usará dívida para proteger meio ambiente

O primeiro consórcio de entidades ambientalistas não governamentais será constituído no país nos próximos dias, com o objetivo de tentar a conversão de parte da dívida externa brasileira em projetos de proteção ambiental. As dez entidades que integram o consórcio apresentaram projetos no valor global de US\$ 264 380 mil para serem desenvolvidos nos próximos cinco anos. A partir de agosto, o consórcio precisará apenas do aval do Banco Central para iniciar a captação dos recursos (existem três alternativas de conversão da dívida em estudo).

O assunto é discutido na forma de três alternativas. A mais simples parte de propostas já apresentadas por bancos norte-americanos, que estão dispostos a doar US\$ 25 milhões

para projetos ambientais (o governo brasileiro abateria esse montante de sua dívida). A segunda alternativa encontra maior resistência por parte da área econômica, que teme um efeito inflacionário: o governo trocaria na Bolsa de Valores parcelas da dívida em bônus para serem negociados pelos bancos e agências de desenvolvimento. A terceira opção poderá surgir a partir de entendimentos entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos durante a visita do presidente George Bush ao País. O presidente norte-americano defende a criação de um fundo especial, onde os devedores depositariam os juros de seus empréstimos (os recursos seriam aplicados em projetos de proteção ao meio ambiente). (*Jornal da Tarde*, 06/07/90)

Brasil será julgado

A política brasileira para a Amazônia será julgada na França entre os dias 12 e 16 de outubro pelo Tribunal Permanente dos Povos, a pedido de várias associações brasileiras ligadas à ecologia e à defesa dos direitos humanos. Grandes hidrelétricas, a destruição de reservas extrativistas e os desmatamentos farão parte do libelo acusatório. (*O Globo*, 11/07/90)

Ecologistas criticam o acordo para a redução dos clorofluorcarbonos

Grupos ecologistas e representantes de onze nações européias consideram insuficientes o acordo firmado na segunda reunião dos países signatários do Protocolo de Montreal. O acordo, que teve a adesão de 70 dos 98 países participantes da reunião, estabelece até 1997 a redução de 85% da produção de gases clorofluorcarbonos (CFCs), responsáveis pela destruição da camada de ozônio e sua proibição total até o ano 2000, em vez de reduzir-se ou estabilizar-se, acom-

panhando a diminuição progressiva da produção dos CFCs, como espera o acordo. A organização Greenpeace acrescentou que o prejuízo maior a atmosfera será proporcionado pelos países que se atrasarem na redução dos CFCs.

O acordo de redução de CFCs incluiu a criação do primeiro fundo internacional de auxílio aos países em desenvolvimento, para que possam desenvolver substâncias alternativas aos CFCs. (*Jornal do Brasil*, 02/07/90)

Osmarino: a história ameaça se repetir

“Dizem que a história não se repete, mas no estado do Acre, território onde a violência prospera, tudo é possível”, assinalava o *Jornal do Brasil* (27/06/90). De fato, nas lutas que vem sendo travadas pelos seringueiros, ressurgiu novamente o fantasma da “morte anunciada”. Desta vez a liderança ameaçada é o seringueiro e sindicalista Osmarino Amâncio Rodrigues, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasília. Tal como Chico Mendes, que reiteradamente denunciou as ameaças e os complôs que antecederam seu assassinato (em dezembro de 1988), nos últimos meses Osmarino tem tornado público provas e indícios de que há na região uma lista de pessoas marcadas para morrer. Desta lista constam não só o seu nome, como também o de outras lideranças e assessores, totalizando mais de duas dezenas de pessoas sob a mira de pistoleiros.

As denúncias indicam que, na verdade, há na região toda uma articulação envolvendo fazendeiros, políticos e agentes da própria polícia cujo objetivo é a eliminação sistemática das

lideranças que vêm se destacando nas lutas empreendidas pelos seringueiros. Assim, portanto, a morte de Chico Mendes e as ameaças que ora vêm à público não são casos isolados, e sim revelam a existência de uma verdadeira “indústria de crimes” operando na região.

No dia 27 de junho, Osmarino apresentou uma carta-denúncia onde relata as informações que recebeu sobre as ameaças que pairam contra sua vida. Baseado em relatos feitos por policiais e por um ex-peão da fazenda Paraná (propriedade de Darli Alves da Silva, atualmente preso e acusado, junto com seu filho Darci, do assassinato de Chico Mendes), o conteúdo do documento entregue por Osmarino revela que, entre os mandantes e articuladores da espécie de “esquadrão da morte” que vem atuando na região, se encontram figuras como: o deputado federal e atual candidato ao governo do Acre pela coligação PL-PRN, Rubem Branquinho, o ex-prefeito de Rio Branco Adalberto Aragão, o deputado estadual pelo PFL João Tezza, entre ou-

tros. O planejamento do assassinato de Osmarino estaria a cargo de Gastão Motta, para o qual já estariam inclusive escalados os pistoleiros. O depoimento do ex-peão da fazenda Paraná, Adalberto, fornece novos detalhes sobre as circunstâncias da morte de Chico Mendes e confirma o atentado contra a vida de Osmarino para depois das eleições deste ano, apontando a presença de “espíritos” na região vigiando os passos dele e de outras lideranças visadas.

O conjunto das informações ora divulgadas, somado às denúncias que há muito vêm sendo feitas, permite constatar algo que, como aponta Osmarino, não chega a ser uma “surpresa”, mas que as autoridades parecem insistir em não enxergar: por trás dos crimes, atentados e ameaças há uma rede comum de mandantes, cujas articulações penetram em várias instâncias da sociedade, como é o caso dos deputados e policiais envolvidos. Indícios e provas existem, investigações foram iniciadas, mas até o momento pouco foi concretizado. (Mariana Pantoja Franco/CEDI)

Cronologia de uma morte anunciada

- 17/05/88 — Chico Mendes denuncia que está “ameaçado de morte por fazendeiros”. Segundo ele, o grupo de fazendeiros é liderado pelo fazendeiro Darli Alves. (*O Estado de S. Paulo*, 18/05/88)
- 26/06/88 — “A UDR realizou recentemente uma reunião com todos seus membros e a pauta foi o STR de Xapuri. Nesse encontro, segundo fontes do governo estadual, foi defendida a eliminação imediata de Chico Mendes. O superintendente da Polícia Federal, Mauro Spósito, procurado, recomendou ao líder sindical “que se cuide, pois está enfrentando grupos de pessoas perigosas”. (*O São Paulo*, 27/06/88)
- 27/09/88 — “A tarde Darli estava em frente a Federal. Telefonei para Dr. Reni do hotel... para prender Darli. Não foi feito nada”. (Bilhete manuscrito de Chico Mendes)
- 09/12/88 — Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, respondendo a pergunta de quem o estaria ameaçando mais publicamente: “Agora são dois fazendeiros em Xapuri, os proprietários da fazenda Paraná, Darli Alves e Alvarinho Alves (...) Estou diante de dois inimigos poderosos: a UDR e a Polícia Federal do Acre (...) Tenho a esperança de continuar vivo”. (*Jornal do Brasil*, 10/12/88)
- 22/12/88 — Chico Mendes é assassinado.
- 07/04/89 — Osmarino sofre atentado a bala. A Polícia Federal diz que “ninguém saiu ferido”. A Polícia Civil negou o atentado. (*O Estado de S. Paulo*, 08/04/89, *Jornal do Brasil*, 08/04/89)
- 01/05/89 — Osmarino é vítima de um atentado numa estrada. A Polícia classificou o episódio como “mais um falso atentado a Osmarino”. (*Folha de S. Paulo*, 04/05/89)
- 11/12/89 — O sindicalista revela que, para se proteger de prováveis atentados, é obrigado a andar constantemente com cinco guarda-costas. (*O Estado de S. Paulo*, 12/12/89)
- 30/05/90 — A Polícia Federal é designada para prestar segurança a Osmarino. O delegado da PF do Acre disse que prestará proteção “à contra gosto”. (*O Estado de S. Paulo*, 31/05/90)
- 26/06/90 — Osmarino divulgou documento com os nomes das pessoas que tramam sua morte.

Bico do Papagaio tem 21ª morte em 18 meses

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Araguaia-Tocantins informou que mais um trabalhador rural foi assassinado, dia 3, no Bico do Papagaio (TO). É o 21º assassinato na região em 18 meses.

Eudi Pereira da Silva levou um tiro no pescoço e morreu na hora e José Lopes Teixeira, também baleado, foi levado para Imperatriz (MA), onde foi operado. Os dois foram vítimas, junto com outros posseiros, de uma emboscada armada pelo gerente da fazenda Babilônia, Natali de Almeida, que pretensamente os convidou para uma conversa que poria fim às disputas pela posse e destino da área. Eudi era o porta-voz das 52 famílias de posseiros da fazenda, que reivindicam a desapropriação para fins de reforma agrária. Lá chegando, o grupo foi baleado por Natali.

A CPT encaminhou telegrama ao secretário de Segurança Pública do Tocantins, Geraldo Antônio de Freitas, exigindo a prisão do assassino, que está foragido. (*Jornal do Brasil*, 06/07/90, *O Globo*, 08/07/90)

Ataque

Armados de revólveres, cerca de cinquenta jagunços, segundo o Movimento dos Sem Terra do Paraná, atacaram os acampamentos dos ocupantes das fazendas Terplan e Pinheiros, no Município de Inácio Martins (PR), ferindo gravemente o colono José Dias, internado em estado grave no hospital de Guarapuava, e outro agricultor não identificado. (*O Globo*, 09/07/90)

Descaso

A reforma agrária prometida pelo presidente Fernando Collor de Mello só deverá começar dentro de um ano.

Nestes primeiros três meses do governo Collor, não foram definidos sequer as áreas prioritárias para a reforma agrária. (*Jornal do Brasil*, 04/07/90)

Padre de Xapuri sofre atentado

O padre Isaias França Maia, vigário-auxiliar da Paróquia de Xapuri (AC), sofreu no último dia 10, um atentado a tiros nas proximidades da Fazenda Paraná, de propriedade de Darli Alves da Silva, que está preso na penitenciária do Estado, acusado de mandante da morte do líder sindical e ecologista Chico Mendes, assassinado em dezembro de 1988.

O atentado ocorreu de manhã, quando o padre, dirigindo uma caminhonete da paróquia, foi alvejado, tendo um dos tiros acertado no vidro lateral da caminhonete, fazendo com que o veículo despencasse numa encosta.

Padre Isaias, que ficou ferido na mão, braço e perna, porém sem gravidade, disse ter visto um homem e a fumaça que saiu dos disparos, afastando assim a hipótese de não ter sido um atentado. Em Rio Branco, o bispo dom Moacyr Grechi adiantou que só mandará o padre de volta a Xapuri depois de receber o resultado das investigações da polícia. "O padre Isaias é corajoso, muito dedicado à causa dos seringueiros, mas não

podemos arriscar", disse o bispo.

Porém, para dom Moacyr o alvo era outro: "Não era o padre Isaias e sim o padre Luis Ceppi". O padre Luis Ceppi, vigário-titular de Xapuri, amigo de Chico Mendes, figura nas listas dos marcados para morrer no Acre, por causa dos conflitos entre seringueiros e fazendeiros da região de Xapuri e Brasiléia.

Dom Grechi subestima ameaças

Dom Moacyr Grechi, bispo de Rio Branco (AC), que há poucos dias chegou a censurar o líder dos seringueiros de Brasiléia, Amâncio Rodrigues, por ter feito "estardalhaço" em torno das ameaças de morte que estaria recebendo, pode ter errado mais uma vez a subestimar estas ameaças, inclusive contra ele próprio. (*Jornal do Brasil*, 11/07/90)

CPI acusa fazendeiro de assassinato

Deputados da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga a violência no campo na Bahia, acompanhados de trabalhadores rurais do Município de Andorinhas, distante 420 quilômetros de Salvador, entregaram no último dia 5 no Departamento Policial do Interior (Depin), para ser submetido à perícia, um revólver calibre 38 que teria sido usado pelo pistoleiro Luís Benevides Barros para assassinar o trabalhador rural Carlos Augusto Lino da Silva, a mando do fazendeiro Néelson Cavalcante de Sousa.

O crime aconteceu na noite do dia 29 de junho, durante uma festa caiçara. Segundo os deputados da CPI da violência, o crime está relacionado a um conflito de terra entre o fazendeiro Néelson Cavalcante de Sousa — de quem o pistoleiro é empregado — e cerca de 400 famílias de posseiros que ocupam uma área conside-

rada fundo de pasto da Fazenda Japoticaba, cuja propriedade está sendo reivindicada por Néelson e é contestada na Justiça pelos posseiros.

O diretor do Depin, delegado Juvenal Gentil Ribeiro, informou que as primeiras investigações não relacionam o crime com a disputa de terras, mas sim com uma desavença entre posseiros e o pistoleiro Luís Benevides, por ser este empregado do fazendeiro Néelson. Depois do crime o assassino foi preso pelos participantes da festa, queimado com brasas de uma fogueira e quase linchado.

Antes de irem ao Depin, deputados e posseiros tentaram uma audiência com o secretário de Segurança Pública, Afrísio Vieira Lima, que se recusou a recebê-los, alegando que as investigações do crime já estavam em andamento. (*O Estado de S. Paulo*, 06/07/90)

Vaticano exige submissão de teólogos

Em documento de 27 páginas intitulado *Instrução sobre a vocação eclesial do teólogo*, aprovado pelo papa João Paulo 2º, o Vaticano afirma que um bom teólogo "sofre em silêncio e em graça". Com esta advertência fica registrado que os teólogos não têm o direito de divergir dos ensinamentos da Igreja Católica e devem se abster de usar os meios de comunicação para expressar seus pontos de vista. O novo documento do Vaticano foi divulgado pelo Cardeal Joseph Ratzinger, prefeito da Congregação para Doutrina da Fé Católica.

A instrução é uma resposta da Santa Sé a uma onda crescente de

divergência entre teólogos, sobretudo europeus e americanos, que se opõem às doutrinas da Igreja sobre vários temas, em especial sobre assuntos relacionados ao sexo, como a proibição a métodos artificiais de controle da natalidade. No ano passado, 163 teólogos da Europa assinaram o Tratado de Colônia, protestando contra o que consideram perseguição da Igreja aos dissidentes através de "métodos fascistas".

O manual adverte ainda que padrões de conduta apropriados à sociedade civil ou ao exercício da democracia não podem, pura e simplesmente, ser aplicados à Igreja. Segundo

o Vaticano, a dissidência é um fenômeno que dá espaço ao surgimento de um "magistério paralelo" entre os teólogos. O documento cita como causa de dissidência a ideologia do liberalismo filosófico "que permeia o pensamento de nossa era". E sugere aos teólogos que discordarem dos ensinamentos da Igreja Católica que abandonem a instituição. "A Igreja sempre sustentou que ninguém é forçado a abraçar uma fé contra a sua vontade". A CNBB ainda realizará reuniões e seminários para se manifestar oficialmente sobre o documento. (*Jornal do Brasil*, 27/06/90)

A Instrução não traz "grandes" novidades sobre a relação teólogo-autoridade (Magistério). O papel do Magistério sempre foi o de guardar as verdades de fé acolhidas pela tradição da Igreja. A Teologia é um serviço eclesial de atualização das verdades de fé. Nestas definições nada há que obste o diálogo profícuo entre Magistério e Teologia, ao contrário, sem a Teologia não há atualização e vitalidade do Magistério e sem o Magistério não temos porto de partida para a navegação teológica.

As inquietações se apresentam sobre os seguintes pontos: o comportamento exigido aos teólogos no que se refere a expressão do saber quanto a matéria reformável (questões de moral, por exemplo); o caráter "le-

gislador" que passa ter o documento; a reserva quanto a expressão pública de opiniões divergentes.

Começando pelo fim: há como que um certo temor com relação a opinião pública. Temos um ditado que diz: "roupa suja, se lava em casa"; parece que é isto que a Igreja deseja. Esta colocação nasce das manifestações públicas que ocorreram devido as punições sofridas pelos teólogos na América Latina, e, ultimamente, o caso dos teólogos de Colônia. O documento é uma clara resposta ao apelo dos teólogos por democratização da Igreja. Neste sentido, o documento reafirma que a Igreja é uma instituição hierárquica e não democrática, afastando-se do "perigo" da ditadura da maioria. Diá-

logo sim, mas na imprensa não.

Desta maneira o documento passa a ser parte do próprio magistério, tendo, então, um caráter de lei. Ou seja, o teólogo que expuser em público sua divergência contraria os preceitos pelo magistério e, portanto, é passível de pena.

Enfim, há que se ter "teólogos comportados", que não avancem em temas circundados pelo velho selo de questio disputata (questão em disputa) que já tenham alguma afirmação dada pelo magistério. Caso os teólogos pensem diferente da autoridade lhe devem submissão religiosa da vontade e da inteligência. Deverão manter o "silêncio obsequioso". Misere-re Nobis! (Tende piedade de nós!). (Jorge A. Iulianelli/CEDI, 02/07/90)

Seitas religiosas serão alvo de nova pastoral da CNBB

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) decidiu criar uma "pastoral de massas" para enfrentar o crescimento das seitas no país. A nova pastoral pretende atrair a classe média e incentivar os rituais e atividades religiosas tradicionais como novenas, procissões e festas de padroeiros, abandonados nos últimos anos pelos grupos da ala "progressista" da igreja.

Segundo o presidente em exercício da CNBB, dom Paulo Ponte, a Igreja Católica pretende "purificar" a

religiosidade popular em vez de suprimi-la.

O teólogo frei Clodovis Boff, professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio, afirmou que a Igreja não deve conviver com a "pluralidade" das seitas religiosas, mas deve assegurar seus espaços valorizando as relações, os benditos, os ofícios e as novenas. "Quando descobrimos os pobres, esquecemos os não-pobres. E agora percebemos que a classe média tem um grande potencial como formadora de opinião pú-

blica que é importante para o trabalho pastoral", disse.

A participação popular e as celebrações vivas das seitas religiosas estão preocupando os principais representantes da Teologia da Libertação. O teólogo Leonardo Boff e o bispo de São Félix do Araguaia (MT), dom Pedro Casaldáliga, segundo Clodovis, estão em Goiás realizando cursos para valorizar sacramentos como o batismo e primeira comunhão para evitar a ida dos católicos aos cultos das seitas. (*Folha de S. Paulo*, 06/07/90)

Encontro ecumênico prepara 7ª Assembléia do CMI

Cerca de 120 líderes das igrejas evangélicas de treze países latino-americanos participam em Salvador nos dias 9 a 13 deste mês do Encontro Ecumênico de Preparação à 7ª Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), que será realizada em 1991 em Camberra, Austrália. A Assembléia reunirá representantes de trezentas igrejas de mais de cem países congregados ao CMI.

No Brasil fazem parte do CMI a Igreja Evangélica de Confissão Lute-

rana, a Igreja Metodista, a Igreja Episcopal, a Igreja Reformada e a Igreja Presbiteriana Unida.

O tema da 7ª Assembléia será: "Vem Espírito Santo, renova toda a criação" e trabalhará os seguintes subtemas: "Doador da Vida — mantém tua criação"; "Espírito da Verdade — liberta-nos"; "Espírito de Unidade — reconcilia o seu povo"; "Espírito Santo — transforma-nos e santifica-nos". (CEDI, 09/07/90)

A caminho do 8º Intereclesial de CEBs

A Diocese de Santa Maria (RS) já está realizando atividades preparatórias para o 8º Encontro Intereclesial de CEBs que acontecerá de 8 a 12 de setembro de 1992. Esta organização tem o apoio da Comissão Ampliada Nacional de CEBs. A Diocese de Santa Maria convoca as regiões e dioceses a mobilizarem o maior número possível de delegados das igrejas locais e a aprofundarem desde já o tema "Culturas Oprimidas e a Evangelização".

O temário se compõe das seguintes questões: Análise das Culturas Oprimidas (quem são os oprimidos hoje, em cada uma de nossas regiões?); Evangelização (o que se entende por verdadeira evangelização?); o Encontro da Evangelização

com as culturas: na história concreta do continente (*ver*), teologicamente (*judgar*), pedagogicamente (*agir*); Avaliação do processo das CEBs frente à Cultura Popular (pistas pastorais).

A Comissão Ampliada Nacional, além das reuniões específicas de preparação para o 8º Intereclesial, deverá realizar reuniões de reflexão e avaliação sobre a caminhada das CEBs no Brasil. A Comissão é composta por representantes dos regionais da CNBB, membros da Comissão Central de Preparação, assessores, três bispos, dois representantes de igrejas evangélicas (um pastor da Igreja Metodista e uma leiga da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil). (CEDI, 10/07/90)

CNBB sugere a Collor mais diálogo

O presidente em exercício da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Paulo Ponte, disse que o governo deveria substituir a edição de medidas provisórias pelo "diálogo" com as forças políticas. "Só um pacto social pode salvar o Plano Collor", afirmou.

Ponte participou em Brasília de uma palestra sobre conjuntura nacional feita pelo ex-presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Charles Muller. O evento reuniu vários bispos.

Dom Paulo Ponte, arcebispo de São Luís (MA), acrescentou que está alarmado com o aumento do desemprego e com os indícios de que haverá recessão econômica. Mas, em sua opinião, o governo estaria "aprendendo" a negociar com a sociedade, em vez de tomar "atitudes autoritárias". O arcebispo também criticou a reforma administrativa. "O governo deveria dizer quais são os critérios que norteiam as demissões. A queixa que mais ouço é que faltam critérios", disse. (Folha de S. Paulo, 29/06/90).



ELEIÇÕES
& IGREJA

Voto evangélico é forte

O ex-ministro da Agricultura Joaquim Roriz deixou o PMDB, que ajudou a fundar para abrigar-se num partido pequeno e sem tradição, o PTR. Mas há uma forte razão para a troca: o PTR é o partido de maior penetração entre a população pobre e sua cúpula é ocupada por pentecostais.

O presidente do PTR, Benedito Domingos, é da Igreja Assembléia de Deus. A Vice-presidente Eurides de Brito é da seita da Igreja Adventista do Sétimo dia. Os dois, que vão disputar uma cadeira na Câmara dos Deputados, ocuparam cargos importantes nas administrações passadas, principalmente durante o governo militar.

Mais 17 partidos apoiam Joaquim Roriz para o governo do Distrito Federal. O último a aderir foi o PDC, que terá um evangélico na disputa pela Câmara: e ex-deputado por Goiás Manuel Oséias.

Outro partido que apoia Roriz e que conta com evangélicos é o PLH (Partido Liberal Humanista), que apresenta o integrante da Igreja Presbiteriana Manoel Domingos para a Assembléia Distrital — a versão brasileira das assembleias legislativas estaduais, com 24 deputados. (Jornal do Brasil, 17/06/90)

Política partidária não!

O presidente em exercício da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Paulo Ponte, afirmou que a Igreja está orientando os bispos para que não tomem posição político-partidária nas eleições deste ano.

Dom Paulo Ponte disse, no entanto, que a orientação não impedirá "que alguns bispos participem das eleições" como ocorreu em 1989. "O certo é que não participem, mas sempre apareçam bispos que querem apoiar o PT", disse Pontes. (Folha de S. Paulo, 06/07/90)

Procuradores visitam Yanomami e apontam situação terminal

Os índios Yanomami estão em fase terminal. A constatação faz parte das conclusões a que chegaram os procuradores da República José Roberto Santoro e Eugenio José Aragão, após visita às áreas indígenas em Roraima. O relatório da viagem afirma que as operações de retirada dos garimpeiros da área, pelo governo federal, não surtiram os efeitos esperados. Além disso, não há meios materiais disponíveis para alterar imediatamente a situação.

A população Yanomami está sendo dizimada por doenças introduzidas em suas reservas através dos ga-

rimpeiros que invadiram a área. A malária — principal surto da região — aparece associada à oncocercose, coqueluche e tuberculose. "A área encontra-se em estágio de se tornar inabitável", afirmam os procuradores em seu relatório.

Além da operação em pistas explodidas recentemente — já recuperadas —, os procuradores encontraram novas pistas em construção. O tráfego aéreo na região — transportando víveres, equipamentos, garimpeiros e ouro — continua intenso.

Os procuradores prevêem que em setembro época da seca haverá um

aumento significativo da atividade garimpeira na região, o que tornará a situação mais crítica, pois constataram *in loco* a devastação provocada na região, tais como, poluição dos rios, criação artificial de brejos (verdadeiros bolsões dos transmissores da malária), desmatamentos etc.

A Funai, responsável direta pela saúde dos índios, não tem condições de fazer nada, de acordo com o relatório dos procuradores. Não há recursos financeiros e humanos. A reforma administrativa colaborou para isso. "Foram postas em disponibilidade sete pessoas essenciais para operações futuras e a manutenção da área", afirma o relatório.

Os procuradores constataram a mesma carência de recursos em duas outras instituições que participaram da retirada de garimpeiros da área: a Polícia Federal e a Aeronáutica. Faltam recursos financeiros e apoio da justiça para a PF. Quanto à Aeronáutica, os procuradores notam a falta de equipamentos para operações na área. (Folha de S. Paulo, 07/07/90)

Lutzenberger pede fim de garimpo invasor

O secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, solicitou ao presidente Fernando Collor a revogação imediata dos decretos que criaram reservas garimpeiras e florestas nacionais dentro do território dos índios Yanomami. Em exposição de motivos encaminhada ao presidente, nº 45/90, Lutzenberger solicita ainda a demarcação do território tradicional Yanomami em área contínua. A área demarcada foi dividida em dezenove "ilhas" pelo governo Sarney, que reduziu seu território, reconhecido pela Funai, de 9 418 milhões de hectares para 2 453 milhões.

Lutzenberger pede também a retirada de todos os garimpeiros que invadiram a área, com ação da Polícia Federal, que sejam presos e tenham seus bens apreendidos os donos de pistas, pilotos de aviões e demais infratores pegos em flagrante. (Folha de S. Paulo, 10/07/90)



Pista de pouso do garimpo Chimarrão, no Alto Rio Mucajai, em Roraima

Madeirasas ameaçam índios sem contato

Empresas madeireiras de Rondônia — Incomar, Madal e Stuami, entre outras, dos municípios de Cacoal, Ji-Paraná, Rolim de Moura e Pimenta Bueno — invadiram a Reserva Biológica do Guaporé, no sul do estado, e encurralaram três grupos de índios, nunca contactados, no último trecho de floresta onde ainda se encontra mogno e cerejeira.

Os índios arredios da Reserva do Guaporé representam um desafio à classificação antropológica. São indivíduos altos e fortes, de cerca de 1,8 m de altura, cabelos longos e que usam o maior arco encontrado até hoje em populações indígenas brasileiras: três metros. Supõe-se que sejam nômades do subgrupo Siriono, do família Tupi-Guarani.

Já foram localizados vinte acampamentos desses índios, que são forçados a abandoná-los com menos de trinta dias de ocupação, devido às incursões madeireiras. Eles fogem de qualquer contato.

A reserva é um dos maiores bancos genéticos do mundo, apresentando diversas formações de floresta e savana. Seus 6 000 km², nas áreas dos municípios Alta Floresta do Oeste e Costa Marques, vem sendo invadidas por madeireiros desde 1986. Há sete serrarias nos seus limites. O Instituto Estadual de Florestas de Rondônia confessa-se sem meios de impedir invasões. "Já chamamos a Polícia Federal, já bloqueamos, prendemos, multamos. Quando a gente sai, os madeireiros voltam. Nossos recursos são insuficientes para as necessidades", lamenta o presidente Edson Mugrabe. (*Folha de S. Paulo*, 08/07/90)

Jagunços matam dois índios Makuxi

Dois índios Makuxi da maloca Jibóia, aldeia Santa Cruz, no nordeste de Roraima, foram assassinados no dia 25 por Manoel dos Santos e Edson de tal, ambos jagunços do grileiro Newton Tavares, presidente do PDS local e candidato a deputado federal. O crime foi denunciado pelo coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Terêncio Luiz Silva.

Os índios Mário Davis, 19 anos, e Damião Mendes, 35 anos, foram mortos a tiros de espingarda no momento em que juntavam uma vara de porcos. Os corpos foram encontrados às margens do rio Maú, distante cerca de três quilômetros da casa de seus familiares.

Segundo o coordenador do CIR, há muito tempo Manoel dos Santos vinha prometendo a morte ao Damião, dizendo que só sairia da região depois que tivesse tomado sangue de índio.

Em abril, o CIR pediu ao promotor de Justiça do Estado de Roraima e à Polícia Federal providências para impedir a ação de pistoleiros no território dos índios Makuxi. O grileiro Newton Tavares, dono da fazenda Guanabara, foi responsabilizado pela entidade como um dos principais insufladores da violência da região, que inclui espancamentos e assassinatos de índios, além da constante queima de malocas. (*Gazeta de Alagoas*, 30/06/90)

Ilha do Bananal está sendo invadida

A Delegacia Regional da Funai, em Goiânia, iniciou uma campanha para a recuperação da Ilha do Bananal, tombada como Parque Nacional e Parque Indígena do Araguaia. Apesar do tombamento a ilha vem sendo cada vez mais invadida por posseiros e fazendeiros que participam inclusive de um movimento incentivado pelo governo do Tocantins para a criação de Municípios na Ilha.

A decisão da Funai foi tomada depois que o superintendente da delegacia regional, Amilton Gerônimo, esteve pessoalmente percorrendo a ilha durante 4 dias. Ele ficou "estarcido com o que viu" e tomou medidas duras, como o fechamento do comércio que funcionava clandestinamente no Parque Indígena, inclusive vendendo bebidas alcoólicas. Aplicou multas e já está preparando um dos-

siê para Polícia Federal abrir inquérito para apurar responsabilidades de invasão da ilha.

Segundo Amilton, dois povoados foram criados na ilha com a omissão criminosa da Funai sob a influência de políticos do estado do Tocantins interessados em votos. Os povoados Porto Piauí e Barreira do Pequi já contam com igrejas, comércio e até uma antena parabólica. Ele disse que não medirá forças para a retirada de todos e a consequente destruição dos povoados.

A Ilha do Bananal abriga hoje uma população aproximada de 2 000 brancos, além dos 2 300 índios Karajá, Javaé e Avá-Canoeiro. A ilha é também usada como pastagem na época da seca por grandes fazendas das imediações, como a fazenda Bradesco e Canoanã. (*O Liberal*, 05/07/90)

Saque

Aumentou a tensão entre a Funai e garimpeiros que invadiram a área Yanomami, em Roraima. Na madrugada do dia 10 o posto da Funai na pista de Jeremias foi saqueado por garimpeiros, que levaram gêneros alimentícios e combustível. (*Folha de S. Paulo*, 11/07/90)

Yanomami

O relatório sobre os Yanomami, que Lutzenberger entregou no dia 4 de junho ao presidente Fernando Collor, afirma que, em consequência de doenças, morrem dois índios por dia. Pede a manutenção de operação emergencial na área. (*Folha de S. Paulo*, 05/07/90)

Remoção

A Procuradoria Geral da República tem informações de que o diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), Elmer Prata Salomão, quer remover os índios Yanomami da área ocupada por garimpeiros de Roraima. (*Folha de S. Paulo*, 06/07/90)

Químicos repudiam o apoio de Magri à violência

O ministro do Trabalho, Antonio Rogério Magri, telefonou ao juiz José J. Valente pedindo o relaxamento da prisão do sindicalista, detido em flagrante por tentativa de duplo homicídio durante assembleia dos trabalhadores em greve na Rhodia.

O Sindicato dos Químicos do ABC divulgou, no último dia 2, nota em repúdio à solidariedade prestada pe-

lo ministro Magri ao sindicalista Nivaldo Parmejani. Abaixo, principais trechos do documento:

“O Sindicato dos Químicos do ABC repudia a atitude do ministro do Trabalho e da Previdência Social, Antonio Rogério Magri, que endossou o ato de gangsterismo praticado pelo presidente do Sindicato dos Têxteis do ABC, Nivaldo Parmejani,

que, em 28 de junho, acompanhado de capangas, agrediu trabalhadores a socos e porretadas, realizando vários disparos com arma de fogo contra dirigentes desta entidade.

“Se a solidariedade a esse ato de barbárie já é recriminável, partindo de um ministro de Estado assume proporções alarmantes, por ser um claro incentivo à violência. É inadmissível que uma figura do primeiro escalão do Governo preste tamanho serviço contra a democracia. E tão reprovável quanto a atitude do ministro é a nota oficial da CGT, que cinicamente procura inverter os fatos, apresentando os agressores como vítimas.

“Os acontecimentos na Rhodia Têxtil não se inserem na disputa política CUT/CGT, mas na concepção de democracia com valor universal. Ao reprimir violentamente a livre manifestação dos trabalhadores, dirigentes da CGT, seus capangas e o ministro Magri abrem perigosas brechas para a volta de um período que pensávamos sepultado na história brasileira. Exigimos a rigorosa apuração dos fatos e punição dos culpados.” (*Diário do Grande ABC*, 03/07/90)



Nivaldo Parmejani (à direita) prestando depoimento na delegacia

O Ministro do Trabalho, Rogério Magri, se solidarizou com um certo estilo de prática sindical, ou seja, a utilização de violência em disputas políticas. Mais do que as justificativas, os fatos falam por si mesmos, independente das versões que se lhes dêem. Ao visitar e prestar solidariedade ao presidente do Sindicato dos Têxteis de Santo André, Nivaldo Parmejani, preso em flagrante, no último dia 28 de junho, por dupla tentativa de homicídio (veja Aconteceu n.º 544), o ministro se envolveu e se comprometeu com essa agressão a tiros aos dirigentes do Sindicato dos Químicos do ABC.

Que há disputas políticas no meio sindical é fato sabido e, inclusive, salutar, pois demonstra a possibilidade de expressão e organização das diversas tendências que existem entre os trabalhadores. Mas a busca da re-

solução de divergências com tiros e capangas contratados é uma prática autoritária, própria de quem se formou no interior de uma estrutura sindical burocratizada, sem legitimidade das bases e com o beneplácito de um Estado, também autoritário sob os governos militares.

A Constituição já não permite a intervenção estatal nos sindicatos, mas a violência não só continua impune, como ainda é apoiada publicamente pelo Ministro do Trabalho e é esse apoio público, inédito em nossa história, que nos causa espanto.

O governo Collor tem se caracterizado pelo desrespeito às instituições democráticas e pela prática autoritária através de medidas provisórias. A isso, soma-se agora a atuação do Ministro Magri, que não só mantém a política de exclusão, privilegiando a CGT em detrimento de outras cen-

trais, o que já era esperado, como ainda compromete-se com agressores flagrantemente, o que significa legitimar as declarações do atual presidente da CGT, Canindé Pegado, conforme estampa o *Diário do Grande ABC* de 3 de julho: “O uso de armas entre os sindicalistas de todo o Brasil é uma verdadeira tradição, salvo quando dispõem de segurança pessoal”. Pois é essa espúria tradição que a democracia tem de derrubar, a utilização de armas de fogo é uma prática intimidatória utilizada por bandidos ou jagunços em defesa da manutenção do poder nas mãos de uns poucos. O ministro não teve nenhum pudor em compactuar com essa “tradição”, aliás, uma atitude coerente em um governo que desrespeita constantemente os mecanismos democráticos de exercício do poder. (Nilde Balcão/CEDI, 10/07/90)

OIT discute meio ambiente no mundo do trabalho

A 77ª Conferência Internacional do Trabalho adotou duas convenções internacionais. A proibição de todo trabalho feminino, num período consecutivo entre meia noite e cinco da manhã nas indústrias e, exige que fornecedores e empresas informem os trabalhadores sobre a presença de produtos químicos perigosos no local de trabalho, a eliminação de resíduos, os riscos de saúde que eles correm ao manuseá-los e cooperem com os trabalhadores ou seus representantes para evitar todo o tipo de acidentes ou doenças daí decorrentes.

Apesar de ter sido dedicado ao meio ambiente, a conferência que é a assembléia mundial da Organização Internacional do Trabalho (OIT), não conseguiu formular uma decisão efetiva sobre as implicações da destruição do meio ambiente para o mundo do trabalho.

Participaram do encontro em Genebra cerca de 2,5 mil delegados representando governo, empresários e trabalhadores de 139 países. Constataram que várias normas internacionais não são aplicadas na América Latina. (*O Globo*, 28/06/90)

Medeiros quer unir CGTs em nova central

Uma nova central sindical está sendo cuidadosamente organizada pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luís Antonio de Medeiros. A entidade seria formada com a unificação das duas CGTs (Confederação e Central Geral dos Trabalhadores) e já contaria com a adesão de sindicatos que até agora preferiram não participar de nenhuma central. Um sindicalista muito próximo a Medeiros adianta que seus projetos são ambiciosos. "Existem setores que mesmo próximos da CUT estão sendo procurados por Medeiros", informa. Estariam nesse caso lideranças sindicais ligadas ao PDT e ao PSDB. O perfil da nova central seria social-democrata. (*Jornal do Brasil*, 06/07/90)

Metalúrgicos e petroleiros do Rio elegem chapas da CUT

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) assumiu o controle de mais uma entidade de peso do movimento sindical no Estado do Rio de Janeiro, o Sindicato dos Petroleiros, até então dirigido por um grupo independente das centrais, embora mais próximo à Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). Na eleição, ocorrida no dia 30, em segundo turno, a chapa da CUT obteve 60,4% dos votos.

Por outro lado, o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro manteve-se no campo da CUT. A chapa cutista venceu a oposição apoiada pelo MR8, obtendo 51,81% dos votos.

Os metalúrgicos do Rio são 130 mil. Dos 32 mil sindicalizados, 22 300 tinham condições de votar. No segundo turno, dia 5, votaram 11 153. (*Gazeta Mercantil*, 04/07/90)

Grevistas da Mercedes fazem passeata

O trânsito no km 15 da marginal da Via Anchieta, em São Bernardo do Campo, SP, foi paralisado, no último dia 9 de julho, durante 45 minutos por uma passeata dos trabalhadores da Mercedes Benz do Brasil que se encontram em greve. O movimento de 3,5 mil trabalhadores, acompanhado por um grupo de mulheres, algumas com filhos e com panelas vazias nas mãos, protestava contra a extensão do desconto dos dias parados, a outros setores da fábrica, além do setor de motores que ficara 14 dias parado, por interpretar o movimento como uma tática coletiva pa-

ra comprometer a produção.

Nos dias 6 e 7 de julho, ocorreram quatro incêndios em pontos diferentes da Mercedes e danos em uma máquina. A empresa culpa os grevistas por sabotagem. Para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Heiguiberto Navarro, a própria Mercedes é que estaria provocando os incêndios para culpar os operários. "Quem começou o clima de terror foi a empresa, que quer descontar os dias daqueles que estavam trabalhando", disse Navarro. (*Diário da Grande ABC*, 10/07/90)

Acordos salariais ignoram MP 193

Contrariando a mediada provisória 193, que define critérios de reposição de perdas salariais, os sindicatos de metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos, que têm data-base em novembro, e o Grupo 19 da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), assinaram, no último dia 7 de julho, o primeiro acordo de reajuste salarial fora da data-base daqueles sindicatos, com índices variando entre 15% e 20%.

O acordo beneficia principalmente os trabalhadores das micros e pequenas empresas, que, segundo estimativas dos sindicatos, devem empregar cerca de 150 mil dos 550 mil metalúrgicos da região. (*Gazeta Mercantil*, 07-09/07/90)

Perdas salariais foram de 48% em julho

Em julho, o trabalhador que receber uma única vez no mês e no último dia do período, deveria ter um reajuste de 48,54%, pelos cálculos do Dieese. É que ficou bem mais complicado calcular a recomposição das perdas salariais com base na Medida Provisória 193, com os reajustes variando agora segundo o dia de pagamento. "Os salários estão longe de recuperar o valor contratado", afirma José Maurício Soares, técnico do Dieese. A recomposição seria de 187,90% se o reajuste ocorresse com base no Índice de Preços ao Consumidor (IPC) — que vigorava antes do Plano Collor — ou de 199,91% pelos cálculos do ICV, índice do próprio Dieese. (*Estado de S. Paulo*, 04/07/90)

Educadores consideram política do MEC um retrocesso



O tom de pessimismo dominou o simpósio "Problema do analfabetismo e políticas de alfabetização no Brasil e na América Latina", realizado dia

9, na 42ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Segundo Alceu Ferrari, da UFRGS, as perspectivas de reversão do analfabetismo são sombrias: "Difícilmente se pode modificar um quadro de alfabetização sem alterar também as estruturas sociais e educacionais".

Os recursos para a educação são cada vez mais escassos. A proposta

de reformulação da Secretaria de Ensino Fundamental, do Ministério da Educação, é encarada como um retrocesso de 30 anos.

Os educadores não aceitam a proposta de antecipar o processo de alfabetização, trazendo a responsabilidade pelo problema para a pré-escola. "É preciso repensar e reconstruir toda a escola brasileira, tanto fisicamente quanto em seu aspecto pedagógico-administrativo", diz Alceu Ferrari. "Houve um processo de degradação ao longo de 20 anos que vai consumir quase uma geração para ser revertido", acrescenta Sérgio Haddad, do Centro Ecumênico de Documentação e Informação. (*Zero Hora/Porto Alegre, 10/07/90*)

Aldeia de São Paulo alfabetiza em duas línguas

As crianças da maior comunidade de índios terena de São Paulo estão sendo alfabetizadas em duas línguas. A decisão de ensinar o idioma indígena na escola foi tomada pelo cacique Jazone de Camilo, 54, que há pouco mais de um ano solicitou à Secretaria Estadual de Educação a inclusão da língua terena no currículo da escola da reserva de Araribá, localizada na zona rural de Avaí (328 km de São Paulo). "As nossas crianças estavam se comunicando cada vez menos em terena e por isso rasgando o documento de identidade de nosso povo, que é o nosso idioma", disse o cacique. (*Folha de S. Paulo, 07/07/90*)

Em Pernambuco, casas viram salas de aula

Em Jaboatão dos Guararapes, município localizado a 31 km do Recife, as salas de aula invadiram as residências de vilas populares, onde grupos de cinco alunos, entre 15 e 70 anos, travam os primeiros e tardios contatos com as letras. Trata-se do projeto *Saber ler*, colocado em prática pela prefeitura desde o dia 19 de março.

A motivação para aprender a leitura em casa é tão grande, que o per-

centual de desistência é mínimo, "apenas 10%", segundo Maria Ângela de Oliveira, coordenadora do *Saber ler*. O índice não deixa de ser animador, se comparado com os de evasão dos cursos convencionais de alfabetização de adultos de Jaboatão, que vão de 45% (nas escolas comunitárias) a 60% (na rede formal).

"Depois que atinge certa idade, o analfabeto reluta muito em colocar o caderno debaixo do braço e freqüen-

tar uma escola onde tudo é imposto", afirma Fernando Tenório da Silva, secretário de Educação do município. No momento há 91 professoras, recrutadas nos segundos e terceiros anos do curso normal e treinadas pela prefeitura. O objetivo é recrutar três mil. Foram detectadas 1 165 pessoas analfabetas, 455 das quais vêm estudando nos chamados núcleos residenciais de alfabetização. (*Jornal do Brasil, 07/07/90*)

Projeto de Santos surge com o Censo Educação

O Projeto de Alfabetização do Servidor (PAS), da Secretaria de Educação de Santos, foi idealizado após a realização do Dia da Mobilização para o Censo Educação, em 1989. Grande parte dos servidores envolvidos na atividade não conseguia preencher o formulário de pesquisa de forma correta. Os professores do PAS não adotam cartilhas. Trabalham com textos, frases e idéias, levando em conta a realidade do grupo. O projeto envolve 160 servidores e as aulas são no horário de trabalho. (*A Tribuna/Santos, 01/07/90*)

Freire muda de idéia e permanece na secretaria

O secretário municipal de Educação de São Paulo, Paulo Freire, voltou atrás em sua decisão de deixar o cargo. Ele havia comunicado à prefeita Luiza Erundina que se demitiria até o final do ano. A prefeitura, confirmando sua saída, divulgou nota oficial no dia 22 de junho. "Ele quer retomar outras tarefas político-pedagógicas de sua trajetória pessoal", informou então o gabinete da prefeita.

"Ele vai continuar", disse no último dia 10, o assessor de imprensa Ivo Patarra. O que fez o secretário

de Educação voltar atrás foi uma manifestação realizada por aproximadamente 300 pessoas, no dia 5 de julho. Denominado "Fica, Paulo Freire", o ato reuniu no auditório da Secretaria do Planejamento representantes de peso da atual administração, vereadores e líderes de associações de bairro. Em 18 meses de administração, a equipe de Freire contabiliza dois projetos: o Movimento de Alfabetização (Mova) e a reestruturação curricular do primeiro grau. (JC). (*O Estado de S. Paulo, 11/07/90*)

Ministro garante que MP 194 ainda vale

O ministro da Educação, Carlos Chiarelli, anunciou dia 5 que a discussão em torno da medida provisória 194, considerada inconstitucional pelo presidente do Senado Nelson Carneiro, havia sido superada. Chiarelli insistiu em explicar que o senador Carneiro não havia devolvido a MP 194, como foi anunciado: "Ele apenas suscitou a sua tramitação no legislativo, ato que ele próprio cancelou".

Para ele, a medida terá tramitação normal e será aprovada quando o Congresso voltar do recesso. A MP deverá distribuir aos estados Cr\$ 25 bilhões. Metade desta verba deverá ser destinada à pré-escola, à universalização do ensino básico e ao programa de combate ao analfabetismo. A outra metade será aplicada nos ensinos médio e superior, embora o salário-educação — uma contribuição so-

cial cobrada às empresas no valor de 2,5% das suas folhas de pagamento — seja constitucionalmente destinado ao ensino de primeiro grau. (*Tribuna da Imprensa/Rio de Janeiro, 05/07/90; O Globo, 30/06/90*)



Escolas católicas querem subsídio de 100%

Para enfrentar a crise econômica, as escolas católicas do país pretendem conseguir subsídios de 100% dos governos federal e estadual para funcionar. O caminho encontrado é a sua transformação em escolas comunitárias, que têm subsídio garantido pela Constituição. Segundo o padre Guy Ruffier, presidente da Associação de Educação Católica (A-EC), com a mudança as escolas católicas se tornarão públicas, isentas da cobrança de mensalidades. Apesar do subsídio, ele quer garantir a não interferência estatal na gestão das escolas. (*Folha de S. Paulo, 05/07/90*)

Ensino brasileiro está em 10º lugar

O sistema educacional brasileiro não atende aos requisitos básicos de uma economia competitiva, não oferecendo educação e treinamento adequados para a formação de mão-de-obra qualificada. Esta conclusão foi apresentada pelo relatório *The World Competitiveness Report*, divulgado anualmente.

Segundo o estudo, entre 10 países de industrialização recente avaliados, o sistema educacional brasileiro fica em 10º lugar. Aqui, os gastos públicos em educação foram de US\$ 87 per capita, em 1987, enquanto em Cingapura, o 1º colocado, esses gastos chegaram a US\$ 303 per capita. (*Diário do Povo/Campinas, 06/07/90*)

Salário-educação precisa ser redistribuído

A Secretaria de Estado de Educação do Pará começou a recolher as assinaturas para garantir o anteprojeto de lei, de origem popular, que dispõe sobre a distribuição e aplicação do salário-educação, garantindo mais recursos para o ensino fundamental.

A campanha nacional para recolher assinaturas foi lançada em Belo Horizonte, onde todas as secretarias de educação se responsabilizaram em mobilizar, nos seus estados, a comunidade em geral, para assegurar no mínimo 900 mil assinaturas, conforme estabelece a Constituição, para que o anteprojeto seja encaminhado ao Congresso Nacional.

O anteprojeto é uma iniciativa da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e apresenta nova forma de distribuição e aplicação dos recursos do salário-educação. Do montante desses recursos, passam a ser creditados 20% em favor do Ministério da Educação, para serem aplicados exclusivamente no ensino público de primeiro grau; 60% em favor das secretarias de educação dos estados e 20% em favor dos órgãos de educação municipal, para aplicação na melhoria da qualidade do ensino dos municípios do interior. (*O Liberal/Belém, 28/06/90*)

Câmara encerra votação da Lei de Diretrizes da Educação

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados encerrou dia 29 de junho a votação do texto da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A lei introduz um novo conceito de educação básica: ela vai de zero até o terceiro ano do ensino médio.

O ensino deverá ser acessível a todo cidadão, embora se priorize o ensino fundamental (até a 8ª série). O adiestramento profissionalizante não poderá mais substituir a educação básica. Pretende-se reduzir a evasão escolar, permitindo que as crianças, mesmo obrigadas a trabalhar cedo, possam frequentar a escola e concluir

a educação básica. É o caso do ensino noturno, com horários menos avançados e estímulos aos patrões para liberar o trabalhador adolescente, a fim de viabilizar sua escolarização. Não haverá mais limites de idade para nenhum estágio do ensino, enquanto será possível a matrícula por disciplina ao jovem trabalhador. O currículo sofrerá alterações de modo a ser mais compatível com a necessidade da clientela — fim.

O texto aprovado na Câmara seguirá para o Senado, de onde, após encerrada a votação, irá à sanção presidencial. (*Última Hora/Rio de Janeiro, 30/06/90*)

Seis albaneses fogem de barco para a Itália

Seis jovens albaneses, numa embarcação rudimentar, cruzaram no dia 10 o mar Adriático e pediram asilo à Itália. Os albaneses estão sob a guarda dos *carabinieri* na cidade de Otranto, sul do país. Em Brindisi, perto de Otranto, uma reunião especial vai definir os preparativos para receber refugiados albaneses, que devem ser colocados em campos especiais, antes de serem levados para outros países.

A chancelaria italiana informou extra-oficialmente a preparação dos campos e está organizando uma comissão especial de diplomatas e jornalistas com o objetivo de examinar a situação da Albânia *in loco*. Caso os refugiados se concentrem na Itália, eles devem vir pelo mar, partindo de Durazzo, com destino a Brindisi.

Enquanto 6 mil refugiados tentam sair de Tirana, centenas de jornalistas tentam passar a fronteira do último reduto stalinista do mundo. Os

refugiados, distribuídos pelas embaixadas da Alemanha, França e Itália, querem saltar para o século 20 que viram imagens de televisão. Os jornalistas querem conhecer o século 19, no qual a Albânia sob muitos aspectos ficou presa.

Dos 51 refugiados que partiram para a Tchecoslováquia, apenas dois querem ficar no país. Os outros pedem

visto para os EUA ou Austrália. Dos 40 que acharam refúgio na Hungria, 36 indicaram que preferem os EUA. Segundo o jornal iugoslavo *Vecernje Novsti*, há tensão civil em Scutari, centro católico da Albânia. Trabalhadores da siderúrgica de Elbaran fizeram ato de apoio aos refugiados. A falta de alimentos causa inquietação. (*Folha de S. Paulo*, 11/07/90)

País rompe o isolamento

A Albânia obteve ontem o estatuto de observador na Conferência para segurança e Cooperação Européia (CSCE), que reúne todos os países europeus (exceção da Albânia), EUA e Canadá. O anúncio foi feito em Viena (Áustria), em reunião da CSCE, que

havia negado a participação da Albânia num encontro há um mês.

A Albânia é um dos países mais isolados do mundo e não é membro de nenhum órgão internacional. Há apenas 18 embaixadas estrangeiras no país. (*Folha de S. Paulo*, 11/07/90)

Militares desafiam ordem de Violeta Chamorro

A presidenta da Nicarágua, Violeta Chamorro, ordenou dia 1º que o Exército e a polícia destruíssem as barricadas levantadas em Manágua na noite de domingo, 8, e desalojassem dos edifícios públicos todos os grevistas que os ocupam para pressionar o governo a atender suas reivindicações salariais e política. A ordem de Violeta, no entanto, foi cumprida apenas parcialmente: o Exército e a polícia são controlados pelos sandinistas, os principais incentivadores

da greve que chegou ao seu 14º dia, e, segundo o vice-presidente Virgilio Godoy, as duas instituições são simpatizantes do movimento grevista. Quatro pessoas morreram em confronto entre os sandinistas e partidários de Violeta Chamorro.

Durante a madrugada do dia 10, máquinas do Exército e da polícia destruíram algumas barricadas, mas, logo depois, os grevistas as levantaram de novo — sem que fossem reprimidos. Os edifícios públicos continuam

ocupados, e o país está praticamente paralisado e isolado: os postos fronteiriços com Honduras e Costa Rica foram fechados, o aeroporto está interditado e os correios, telex e telefones estão paralisados. Quase 90 mil trabalhadores, de empresas públicas e privadas, aderiram à greve, e o movimento conta também com o apoio dos motoristas de ônibus, dos estudantes e dos agricultores de café e algodão, os principais produtos de exportação do país. (*Jornal da Tarde*, 11/07/90)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-655/87



UP-CT PRINCIPAL